XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Movimentos mundiais do capital e conflitos sócio-ambientais. O Sul do Brasil e a Bacia do Rio da Prata.

José Luis Bica de Mélo.

Cita:

José Luis Bica de Mélo (2009). *Movimentos mundiais do capital e conflitos sócio-ambientais. O Sul do Brasil e a Bacia do Rio da Prata. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-062/1099

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org*.

Movimentos mundiais do capital e conflitos sócio-ambientais
O Sul do Brasil e a Bacia do Rio da Prata

José Luis Bica de Mélo
Dr. Em sociologia
Professor Titular PPGCS,
Programa de Pós-graduação en Ciências Sociasis,
Univerisdade do Vale do Rio dos sinos
Unisinos / RS
jlbica@unisinos.br

RESUMO [1]

Buscando investigar o campo de conflitos estabelecidos em função dos movimentos mundiais dos capitais e dos posicionamentos dos principais atores: transnacionais da madeira, Estados, setores empresariais nacionais e movimentos sociais, o estudo busca analisar os conflitos sócio-ambientais no Sul do Brasil e na Bacia do Rio da Prata, configurados na última década pela intensificação dos investimentos na *forestación* e na instalação de plantas de celulose. Utilizando como metodologia de base a análise do discurso dos atores anteriormente mencionados, a investigação procura contribuir com o debate em torno do campo de conflitos sócio-ambientais, com os projetos de

[1] Este é um texto inicial de investigação prevista para ser concluída em 2010 e que conta com apoio do CNPq/Brasil.

desenvolvimento rural e com a temática da sustentabilidade e da emergência de novos atores no campo de disputas na região.

Introdução

> "*Como suele ocurrir, las bendiciones de la naturaleza se convierten en maldiciones de la historia*. [...]. (GALEANO, 2006).

Desde o início dos anos setenta do século XX o Sul da América do Sul, em cujo subsolo se encontra o *aqüífero guarani* e que tem na superfície o *bioma pampa* coberto predominantemente de campos em grande parte do sul Meridional (o Rio Grande do Sul), o território uruguaio e grande parte do território argentino, tem passado por importantes transformações que vão desde uma economia de pecuária extensiva – tendo nos produtos oriundos desse ramo uma importante fonte de exportações desde as primeiras décadas do século XX - até os grandes projetos de cultivos agrícolas como a plantação da soja, do trigo e do arroz, e na última década, os grandes projetos qualificados pelos executores e por setores governamentais e da imprensa como de "reflorestamento" (*forestación*), entendidos aqui como *monocultivos industriais* de pinus e eucalipto. (CARRERE, LOHMANN, 1996).

A implementação destes monocultivos industriais relacionam-se de um lado com a "crise do setor primário" e baixa dos preços da carne e de seus derivados no mercado internacional, o que proporciona, desde o ponto de vista do empresariado rural e de grande parte dos governantes, a "necessidade" de buscar "alternativas capazes de manter o desenvolvimento", vendo-se na *forestación* uma saída possível para a crise econômica do rural. Aliado a este aspecto tem-se a necessidade de empresas nacionais e internacionais que competem no mercado mundial de celulose e seus derivados de buscarem novas áreas do planeta com custos de produtividade menores do que aqueles dos países capitalistas centrais ou ainda pela diversificação de investimentos, mediante a atuação em um ramo altamente lucrativo qual seja, o mercado de madeira e celulose e, ainda, mantendo grandes áreas de terra como reserva de valor, principalmente pelas riquezas do subsolo, especialmente a água, notadamente nos países do Sul.

Estudos indicam que a implantação de grande parte dos projetos antecedeu – como é o caso do Rio Grande do Sul, Brasil - ao zoneamento e licenciamento ambiental (MADEIRA, 2007, ihu On-Line, 247, 10/12/2007, p. 9). O que tem ocorrido, em grande medida, tem sido a aquisição de terras por grupos nacionais ou transnacionais em áreas que, a rigor não poderiam ser cultivadas com pinus e eucaliptus, fazendo com que a propriedade privada enquanto fato consumado transforme, em grande

medida, o poder público agente conivente ou refém dos chamados "investidores", elaborando zoneamento ambiental depois da aquisição das terras e da efetivação dos projetos de monocultivos. Tais fatos fazem com que haja importante alteração na configuração do espaço agrário da região, ocorrendo novos conflitos que vão além de reivindicação de terra ou de reforma agrária. Tem-se, portanto, um novo campo de conflitos cujo desfecho tanto no plano ambiental, quanto no plano das ações políticas.

Buscando analisar o campo de conflitos no qual estão inseridos os monocultivos industrias o presente texto está divido em dois tópicos. No primeiro é apresentado o "horizonte teórico" com os principais elementos conceituais capazes de darem conta da compreensão dos novos movimentos do capital nos mercados de celulose e papel. Em segundo lugar apresentar como vêm sendo implementados os projetos, principalmente no Brasil Meridional (Rio Grande do Sul) e no Uruguai, bem como analisar o campo de conflitos socioambientais e a composição dos atores em disputa, destacando-se a atuação dos movimentos sociais e dos atores estatais notadamente dos governos argentino e uruguaio no chamado "conflito das *papeleras*" em torno das plantas de celulose na Bacia do Rio da Prata.

1 – *SISTEMA-MUNDO* E CONFLITOS AMBIENTAIS

Diversos estudos tem tratado das relações entre a Sociedade e o Ambiente em tempos de capitalismo globalizado. Podemos destacar as investigações tratando das questões ambientais relacionadas aos aspectos da cidadania e da qualidade de vida (HOGAN e VIEIRA, 1992, LEIS 1991), os estudos que vão analisar os problemas ambientais passando de uma escala local para uma escala global e estabelecendo a relação entre ambas (FERREIRA e VIOLA, 1996), tomando em conta os riscos ambientais decorrentes dos processos de industrialização (GUIVANT, 1998). E, nos últimos anos o aumento dos estudos que destacam a importância dos enfoques interdisciplinares na investigação dos temas ambientais (FERREIRA, 2006) e das questões de educação ambiental (RUSCHEINSKY, 2002) e atuação dos movimentos sociais (JACOBI, 2003). Há também análises que destacam a importância de transcender as fronteiras nacionais visto que as chamadas "questões ambientais" (ROCHA, 1997) afetam diferentes países e atores múltiplos (PALERMO, REBORATTI, 2007).

Dada a breve apresentação acima que aponta para a existência de estudos em múltiplos aspectos tratando da temática ambiental, ou dizendo de outra forma, socioambiental, tem-se também outros referencias reflexivos que nos ajudam a melhor compreender os "projetos de

desenvolvimento" ligados aos monocultivos e à apropriação de áreas ricas em água, bem como os discursos as ações empreendidas pelos movimentos sociais e as controvérsias internacionais em torno da instalação de plantas de celulose, consideramos o atual momento do capitalismo, caracterizado pela globalização (BECK, 1999; GIDDENS 2001; IANNI 1995).

Monocultivos globalizados que consistem em um movimento contraditório de transnacionalização de processos produtivos e de consumo, com deslocamentos de capitais para áreas do planeta com maior possibilidade de retorno dos investimentos em menor tempo possível. É nesse sentido que para suprir um tipo de consumo (e se sabe que grande parte do papel produzido no mundo não é para a confecção de livros ou de material escolar e sim para embalagens, visando sustentar um tipo de consumo de massa) característico dos "tempos hipermodernos" (LIPOVETSKY 2004), o campo de conflitos (BOURDIEU, 1994, 2000) que a primeira vista se expressa na esfera política perpasse ao mesmo tempo os campos econômicos e culturais (CANCLINI 1999; 2003, GIDDENS 2000).

A sustentação de um tipo de consumo, bem como as novas tecnologias e novos materiais empregados fazem com que estejamos vivendo ao mesmo tempo em uma sociedade de grande consumo e alta tecnologia e em uma "*sociedade de risco*" (BECK 1998). Risco para os seres humanos e risco para a natureza, onde a ciência que nos últimos dois séculos constituiu a esperança no desenvolvimento e na construção de uma sociedade melhor, apresente-se hoje também como um dos componentes centrais do risco (MORIN, 1995, BECK, 1998).

A própria noção de desenvolvimento sustentável (ACSELRAD, 2004) que é defendida por grande parte daqueles que acreditam nas vantagens trazidas pela tecnologia e pelo progresso (noções essas criticadas por NISBET 1991) parece não se "sustentar" visto que a utilização, destruição e contaminação acelerada dos chamados recursos naturais faz com que "sociedade de risco" (BECK 1998) tenha ao mesmo tempo uma *dimensão conceitual* e uma *dimensão real*. O argumento central de nossa crítica é que para a manutenção do atual modelo de desenvolvimento e de consumo não haveria possibilidade de manutenção da sustentabilidade dos bens naturais existentes.

Se de outra parte o fenômeno da "reflexividade" (noção elaborada por GIDDENS, BECK e LASH 1997), enquanto tomada de conhecimento tanto dos avanços tecnológicos quanto dos riscos, por parte dos diferentes agentes sociais – incluindo aqueles com menor capital cultural – pela atuação dos meios de comunicação, e que tem proporcionado o estabelecimento de novos conflitos e o acirramento de antigas lutas (por exemplo, disputa pela terra entre transnacionais da madeira, indígenas e quilombolas no Brasil), a ciência e em decorrência o discurso científico tem conseguido manter sua hegemonia frente aos demais saberes (MÉLO, 2005; 2007).

Há que se agregar de outra parte que as disputas no próprio campo ambiental em torno das noções de preservação e sustentabilidade, desenvolvimento alternativo (ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, 2006), contribuem para a fragmentação tanto dos discursos quanto das ações políticas por parte daqueles agentes sociais que buscam – no plano discursivo e em ações na maioria das vezes pontuais, isoladas e invisibilizadas – construir uma "outra sociedade possível" e que não esteja baseada na tripé mercado, tecnologia e globalização (LATOUCHE, 2004; URREIZTIETA 2004).

É por isso que os debates e os embates, ou seja, as disputas em torno do que sejam Progresso, Desenvolvimento, Sociedade e Natureza e suas interrelações necessitam de algumas âncoras analíticas capazes de apresentarem contribuições à superação de um discurso amplamente forte nas representações do senso comum que separa a Natureza e a Sociedade. É nesse sentido que convém discutir os conceitos de sistema-mundo, conflitos ambientais, campo do poder e movimentos sociais.

Segundo Iammneul Wallerestein (1974), *o sistema–mundo* consiste num processo interrelacionado de estados e regiões que estão em associação com o capitalismo europeu. E, como apontava o autor já nos anos setenta, muitas das regiões do planeta, como era o caso da América Latina, que constituída historicamente, dentro do que Anibal Quijano (2005), seguindo uma mesma linha argumentativa de Wallerstein vai qualificar como a dialética colonialidade/globalidade do poder, permaneciam, passados cinco séculos subordinadas ao padrão dominante do capitalismo hegemônico formador da dimensão central do sistema-mundo. Significa dizer que o *sistema-mundo* não constitui – e não constituiu - propriamente um sistema aberto de atuação dos atores mas um processo no qual as desigualdades e assimetrias fazem com que as relações dominação/subordinação estejam presentes e apresentem-se com configurações específicas, mas sem romper com as linhas estruturais gerais da hegemonia capitalista. Para Quijano,

> "[...] o que hoje denominamos América Latina constitui-se junto com e como parte do atual padrão de poder mundialmente dominante. Aqui se configuraram e se estabeleceram a colonialidade e a globalidade com fundamentos e modos constitutivos do novo padrão de poder." (QUIJANO, 2005, p. 9).

Se a América Latina está situada no sistema-mundo a compreensão de tal processo necessita do recurso à noção de *campo*, entendido por Pierre Bourdieu (1994) enquanto "forma de pensamento relacional" constituído por posições sociais, ou seja, por agentes sociais que com capitais ou poderes diferenciais disputam um mesmo bem, objeto ou recurso em suas dimensões materiais e simbólicas. O que pode ser exemplificado pelas disputas em torno das noções de "desenvolvimento", "sociedade", "natureza". É por isso que a noção de campo remete à necessidade de estabelecer as posições que encontram-se em disputa, seu *quantum* de capital (ou de poder) e o objeto que se encontra em disputa. Em se tratando do tema que nos ocupa neste estudo, é de grande importância,

também analisar a categoria "ambiente" fundamental para a análise do que se convencionou chamar de "meio ambiente". Para isso consideramos de grande abrangência explicativa a argumentação de Henri Acselrad:

> "Ao contrário do que sugere o senso comum, o ambiente não é composto de puros objetos materiais ameaçados de esgotamento. Ele é atravessado por sentidos socioculturais e interesses diferenciados. . Pois as matas podem ser ao mesmo tempo espaço de vida de seringueiros e geraizeiros ou espaço de acumulação e reserva de valor para a especulação fundiária. A água dos rios pode ter distintos usos: pode ser meio de subsistência de pescadores ribeirinhos ou instrumento de energia barata para firmas eletrointensivas. Trata-se de um espaço comum de recursos, sim, só que exposto a distintos projetos, interesses, formas de apropriação e uso material e simbólico." (ACSELRAD, Apresentação, In: ZHOURI, 2005, p. 7).

Para compreendermos de forma interrelacionada a noção de campo e de ambiente e de como o meio ambiente é constituído pelas disputas materiais e simbólicas, entendemos importante a noção de "conflitos ambientais" entendidos por Henri Acselrad como,

> "[...] aqueles [conflitos] envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos". (ACSELRAD, 2004, citado em ZHOURI, 2004, p. 212).

Argumentando que aquelas situações que geralmente são vistas como "problemas ambientais" Andréa Zhouri e Marcos Cristiano Zucarelli (2008, p. 4 e 20), nos apontam para o recurso metodológico que construa analiticamente as "situações de conflito ambiental", ao firmar que:

> "O conflito se apresenta inerente às práticas sociais de uso e significação do espaço, tendo em vista a pluralidade de segmentos sociais envolvidos na construção de seus respectivos projetos sociais que dão sentidos e destinos aos territórios. As interações entre esses grupos sociais, no que diz respeito à apropriação social da natureza, são historicamente assimétricas. Portanto, os conflitos se reproduzem e se multiplicam na medida em que são mantidos os mesmos mecanismos desiguais de distribuição do acesso ao meio ambiente e da divisão dos custos, riscos e impactos resultantes das práticas dominantes de apropriação dos recursos naturais.
>
> Nesse sentido, os "conflitos ambientais" extrapolam as tentativas de resolução técnica e gerencial propostas pela concepção hegemônica e institucionalizada de desenvolvimento sustentável, pois, evidenciam a existência de distintas formas de se conceber e de se interagir com o meio ambiente, levando-nos a reconhecer os múltiplos projetos de sociedade, que acionam diversas matrizes de sustentabilidade e esbarram nas reais assimetrias de poder impressas nas dinâmicas sociais e políticas". (ZHOURI, ZUCARELLI, 2008, p. 20).

Por último, no interior do que estamos chamando de "horizonte teórico" para a compreensão das ações e lutas sociais em torno dos monocultivos de eucaliptus e pinus no Sul da América do Sul é importante uma breve apresentação do conceito de movimento social, que como se sabe tem

ocasionado amplas discussões tanto na dimensão teórica quanto na dimensão prática desde os anos setenta, quando aparece como uma noção para se analisar as condutas coletivas.

Segundo a conceituação clássica de Alain Touraine, em 1972: "Entendo, em princípio, por movimentos sociais *a ação conflitante de agentes das classes sociais lutando pelo controle do sistema de ação histórica*." (TOURAINE, 2004 [1972], p. 283) e que nessa "ação conflitante" estão presentes a um só tempo "a esperança e a recusa, a negação e a afirmação" (p. 294), constituindo o "ator de um campo de ação histórica" (p. 291); ator esse formado por três princípios, segundo Alain Touraine: "o princípio de identidade" (p. 291) mediante a apresentação do ator na cena social "por ele mesmo". (p. 291); "o princípio de oposição" que quer dizer que no processo de luta, "o conflito faz surgir o adversário" (p. 292) e, por último, "o princípio de totalidade", que constitui o projeto de sociedade, ou dizendo de outra maneira, a resultante da *esperança* e da *recusa* que ao negar a sociedade existente projeta, mesmo que de forma difusa, um novo tipo de sociedade. (p. 293).

As análises de Alain Touraine, que em tempos de globalização capitalista, na qual a dimensão cultural – como afirma o próprio Alain Touraine em obras mais recentes (2006) – adquire a primazia para a compreensão do social, o que não estamos inteiramente de acordo, servem de qualquer forma para nos indicar que os movimentos sociais de décadas passadas ou do presente, ressalvadas as diferenças e conjunturas históricas que não constituem objeto de nossas análises neste momento, para nos recordar, como o faz Alberto Melucci, que:

> "Os movimentos contemporâneos são profetas do presente. Não tem a força dos aparatos, mas a força da palavra. Anunciam a mudança possível, não para um futuro distante, mas para o presente da nossa vida. Obrigam o poder a tornar-se visível e lhe dão, assim, forma e rosto. Falam uma língua que parece unicamente deles, mas dizem alguma coisa que os transcende e, deste modo, falam por todos." (MELUCCI, 2001, p. 21).

Na citação acima quando Melucci faz referência ao "novos movimentos sociais", por certo poderemos encontrar uma importante *bússula* para analisar o campo do poder, o sistema-mundo, os conflitos ambientais e os atores que fazem com que nas situações históricas de conflito ambiental estejam, presentes as dimensões socioambientais e, ao mesmo tempo a "esperança e a recusa" de que nos fala Alain Touraine. É por isso que nas análises dos tópicos seguintes o que chamamos aqui de "horizonte teórico" na clássica noção de Maurice Godelier, nos ajuda a desvendar os mecanismo de poder e os atores portadores da crítica em um cenário que, a primeira vista aparece como o único possível.

2 – MONOCULTIVOS INDUSTRIAS NA BACIA DO RIO DA PRATA

Uma pergunta se impõe. Por que o setor madeireiro e de celulose do Norte vai direcionar seus investimentos para o Sul e, no caso ora em análise para o Sul do Brasil e Bacia do Rio da Prata? Segundo Raquel Alvarado,

> "La llegada de las grandes empresas del hemisferio norte a la región responde a las ventajas comparativas que les ofrecen los países del sur, entre ellas, el rápido crecimiento de los árboles en áreas subtropicales con relación a las regiones templadas y frías del hemisferio norte, y el bajo costo de la mano de obra y de la tierra, en particular grandes extensiones continuas. A ello se agrega la política de preservación de los bosques naturales del hemisferio norte y las diversas políticas de estímulo que los países del sur ofrecen para atraer las inversiones." (ALVARADO, 2007, p. 64).[2]

No caso da água, esta é também *fonte* de investimentos por parte de indústrias nacionais ou transnacionais dos ramos de bebidas (refrigerantes e cerveja) e também de água engarrafada.[3]

A implantação de grande parte dos projetos antecedeu – como é o caso do Rio Grande do Sul, Brasil - ao zoneamento e licenciamento ambiental. O que tem ocorrido, em grande medida, tem sido a aquisição de terras por grupos nacionais ou transnacionais em áreas que, a rigor não poderiam ser cultivadas com pinos e eucaliptos, fazendo com que a propriedade privada enquanto fato consumado transforme, em grande medida, o poder público em refém dos chamados "investidores", elaborando zoneamento ambiental depois da aquisição das terras e da efetivação dos projetos de monocultivos. Tais fatos fazem com que haja importante alteração na configuração do espaço agrário da região, ocorrendo novos conflitos que vão além de reivindicação de terra ou de reforma agrária. Tem-se, portanto, um novo campo de conflitos cujo desfecho tanto no plano ambiental, quanto no plano das ações políticas, encontra-se em aberto.[4]

Como parte dos projetos globais dos países de capitalismo central de garantirem o fornecimento das plantas de celulose no longo prazo e considerando solos adequados e baixos preços das terras, empresas transnacionais passaram, desde os anos oitenta a investir no Sul Latino-americano (áreas tropicais e subtropicais) em projetos de monocultivo de eucaliptus e pinus.

---

[2] ALVARADO, Raquel. Política forestal, planta de celulosa y debate ambiental; Uruguay tras un nuevo modelo de desarrollo. In: PALERMO, Vicente, REBORATTI, Carlos (compil.). *Del otro lado del río*; ambientalismo ypolítica entre uruguayos y argentinos. Buenos Aires: Edhasa, 2007. p. 57-93. cit. p. 64.

[3] PETRELLA, Ricardo. *O manifesto da água*: argumentos para um contrato mundial. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.

[4] Para uma análise do conceito de *campo*, entendido como uma forma de pensar relacionalmente os conflitos inerentes às diferentes esferas do social: BOURDIEU, Pierre. *Raisons pratiques*. Paris: Ed. du Seuil, 1994.

Para ficarmos no exemplo do Brasil e do Uruguai, o primeiro tem cerca de 1 milhão de hectares cultivadas de eucaliptos e pinos e o Brasil 4 milhões de hectares, notadamente no sul do Brasil, particularmente no Rio Grande do Sul, em área denominada de *bioma pampa* em termos geoecológicos, onde já estão plantadas cerca de 900 mil hectares, inclusive em áreas que se considerarmos um zoneamento ambiental compatível com as necessidades ambientais, não poderiam ser plantadas.

Empresas como as finlandesas Storea-Enso e Metsa-Botnia[5], a espanhola Ense e a Aracruz Celulose (de capitais norueguês e brasileiro, inclusive contando com altos financiamentos do BNDES –Banco
Nacional de Desenvolvimento, ligado ao governo brasileiro), preparam-se para garantir o monopólio do fornecimento de papel a Europa, Japão e Estados Unidos.

As conseqüências dos grandes projetos de monocultivo já começaram a aparecer. Destruição de áreas de reserva ambiental, tais como banhados e pequenas florestas de vegetação nativa, causando o desaparecimento de espécies animais que dependem desses ambientes para sua reprodução. Eliminação das fontes de águas subterrâneas de baixa profundidade, próximas aos locais dos empreendimentos fazendo com que agricultores familiares (é o caso do Departamento de Cerro Largo no Uruguai) estejam vendendo suas terras – ironia do destino – para as próprias multinacionais do monocultivo, ampliando-se assim, a redução da produção de alimentos oriundos de propriedades familiares e intensificando-se assim o deslocamento de parte da população rural para as cidades.

Mas talvez os mais graves problemas estejam relacionados à própria manutenção do Aqüífero Guarani, visto que as multinacionais, hoje dos monocultivos, transformam-se ao mesmo tempo em proprietárias dos solos onde localizam-se as reservas subterrâneas de água. Tal fato, deixando de lado aqui, todas as questões relacionadas aos riscos ambientais, como exemplo o "caso das papeleras", como refere o movimento ambientalista argentino ou "das plantas de celulosa" no discurso das autoridades uruguaias - controvérsia ainda não totalmente resolvida entre Argentina e Uruguai em decorrência da instalação de plantas de celulose no Uruguai com efeitos sobre o Rio da Prata na fronteira dos dois países, seja exatamente a apropriação de um *bem público universal* – a água – de forma privada.[6] Nosso argumento aqui é que não se trata somente de uma questão de soberania, mas de sobrevivência futura de populações que necessitam que esse bem público universal para continuar enquanto tal necessita estar sob controle público. Ora, fazem algumas décadas, como exemplo

[5] Um aspecto importante a ser investigado e que demonstra os aspectos contraditórios das relações de produção, trabalho e investimentos é o fato de que 14% das ações da Botnia (com planta de celulose já instalada em Fray Bentos, Uruguay), são de propriedade da Metsalitto, que nada mais é do que uma cooperativa formada por 130 mil produtores florestais finlandeses. (ALVARADO, 2005, p. 68.).

[6] Análise da água como *bem público universal* foi desenvolvida por PETRELLA (2001) e por FOLLMANN, J. I. ; RUSCHEINSKY, Aloisio ; MÉLO, José Luiz Bica de . *Participation à l'Université du Bien Commun: l'expérience de l'UNISINOS*. In: Atélier de travail multidisciplinaire sur la gestion de l'eau comme bien commun, 2005, Montréal, Canadá, UQAM, 2005.

podemos citar o Brasil em que as multinacionais da água passaram a adquirir áreas ricas em água, engarrafá-la e comercializá-la. Também as multinacionais do refrigerante – como é o caso da Coca-Cola que tem no Brasil um dos maiores mercados consumidores do mundo e as multinacionais da cerveja como a AMBEV (de capitais suecos) tem investido, fazem algumas na aquisição de áreas ricas em água.[7]

Em síntese, muitos são os riscos que cercam o Aqüífero Guarani em conseqüência da forma como vem ocorrendo a ocupação e privatização do solo e do subsolo da região.

2 – AS NOVAS LUTAS SOCIAIS

Sabe-se que os projetos ligados ao cultivo de eucalipto e pinos para industrialização em cada um destes países, são para exportação de celulose ou de madeira *in natura* aos países capitalistas centrais, ocupam grandes extensões de terra e necessitam grande volume de água. Esse ramo de atividade, e poderíamos agregar os projetos de intensificação do cultivo de cana-de-açúcar (como é o caso do Brasil) para a produção do chamado *biocombustível*, ocupa áreas que poderiam (ou deveriam) ser utilizadas para a produção de alimentos ou para reserva de biodiversidade, ou seja, manutenção de áreas de preservação ambiental.

O capital, que tem por objetivo primordial a sua acumulação ampliada, ou seja, a busca do lucro, ao não apresentar a preservação ambiental como um de seus objetivos (a não ser naqueles casos em que "ser preservacionista" rende dividendos), faz com que em frações por vezes minoritárias do meio social, expressem-se em reações contrárias ao avanço de um novo tipo de capital sobre o espaço agrário, e aos demais projetos para a região e ao cultivo de transgênicos.

É nesse sentido que protestos de grupos de agricultores familiares, *com* ou *sem* terra (envolvendo ONGs, entidades ambientalistas, sindicatos, movimentos sociais de mulheres, movimentos de luta pela terra) surgem em diferentes países da região. Podemos exemplificar com os episódios ocorridos em 2006 no Rio Grande do Sul em torno da Aracruz Celulose - onde houve a ocupação de instalações, laboratórios e áreas experimentais de cultivo por parte de mulheres do movimento social Via Campesina, até os conflitos entre Argentina e Uruguai, iniciados em 2006 (e sem solução até o presente), pela instalação de indústrias de celulose em território uruguaio, mas com efeitos sobre a bacia hidrográfica dos dois países e, com atuação de entidades da sociedade civil de

[7] Para uma análise da atuação da Coca Cola no mundo em relação às águas: SHIVA, Vandana. *Guerras por água*; privatização, poluição e lucro. São Paulo: Radical Livros, 2006.

ambos os países – contrários ou defensores dos projetos – chegando inclusive às esferas dos Tribunais Internacionais.[8]

Em torno das lutas sociais que estão sendo desenvolvidas tanto na Argentina, quanto no Brasil e no Uruguai podemos destacar um importante aspecto dessa lutas que tem sido a crítica por parte de movimentos ambientalistas uruguaios – que embora invisibilizados na mídia e com pouco poder junto à população – não deixam de se manifestar contra as "papeleras". [9]

No Rio Grande do Sul (região do Brasil Meridional na fronteira com Uruguai e Argentina), tem ocorrido, além dos protestos da Via Campesina e outros movimentos sociais, pode ser incluída a atuação da CPT – Comissão Pastoral da Terra, o Movimento dos Pequenos Agricultores e o MST – Movimento dos Sem Terra, mas a grande maioria de diferentes frações da Sociedade Civil e dos órgãos de Estado são favoráveis aos investimentos. O que demonstra as dificuldades de implementação de um debate crítico em torno do tema do desenvolvimento sustentável e da preservação ambiental.

Tem-se de outro lado as disputas internacionais em tempos de globalização, que fazem com que os Estados Nacionais também tenham suas políticas de desenvolvimento redefinidas em função dos interesses dos capitais transnacionais e em que uma arena internacional de disputas dêem a aparência de autonomia dos estados quando, a realidade efetiva dos fatos, mostram que este é, muitas vezes ator em posição dominada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que este estudo está em elaboração e que estão sendo levantadas e catalogadas as informações que permitirão detalhar os processos de transformação agrária em cada um dos países da região, bem como apresentar os posicionamentos dos principais atores no campo de disputas – o que faremos com a finalização da pesquisa, podemos afirmar que as monoculturas de exportação transgênicas ou não, a utilização e a destruição das águas pelo monocultivos, a redução de áreas de biodiversidade e de produção de alimentos, permitem pensar em um desfecho trágico.

---

[8] "La Haya, Holanda 13 julio 2006.- La Corte Internacional de Justicia, con sede en La Haya, rechazó hoy conceder a la Argentina una medida cautelar que obligue al Estado uruguayo a exigir a las pasteras Botnia (Finlandia) y ENCE (España) que suspendan las obras de las plantas de celulosa que contruyen en Fray Bentos." Fuente: Diario La Nación, Argentina. http://www.proteger.org.ar/doc525.html, acesso maio de 2007. Decisão mantida pela Corte de Haya até o presente (2008) em nome da *soberania* do Estado uruguayo.

[9] Importante mencionar que em defesa do "desenvolvimento" e do "emprego", a quase totalidade dos parlamentares uruguaios dos diferentes partidos políticos bem como o movimento sindical são favoráveis aos empreendimentos da "forestacion" e da instalação de plantas de celulose naquele país (ALVARADO, 2007, p. 74-79). O mesmo se constata, no caso dos empreendimentos no sul do Brasil.

Os estudos realizados até o presente permitem sugerir a hipótese de que se o modelo de "desenvolvimento" hegemônico até o momento, permanecer e intensificar-se por mais tempo, certamente em poucas décadas a Bacia do Rio da Prata não será diferente da atual região africana onde outrora se localizava o imponente lago Chad e tendo no Rio da Prata um fúnebre exemplo da capacidade de alguns seres humanos em decorrência de um tipo de produção e consumo que tem como objetivo central o lucro, destruírem um bem universal não substituível: água. E que o sul da América do Sul se transforme em uma fonte de monocultivo industrial cujos destinos tem sido nestes tempos de capitalismo globalizado, do Norte para o Norte.

Referências Bibliográficas

- ACSELRAD, Henri (org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2004.
- ACSELRAD, Henri, MELLO, Cecília Campello do Amaral, BEZERRA, Gustavo das Neves. Cidade, ambiente e política; problematizando a Agenda 21 local. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- ACSELRAD, Henri. Apresentação. In: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens, PEREIRA, Doralice Barros (org.). A insustentável leveza da política ambiental; desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte : Autêntica, 2005.
- ALVARADO, Raquel. Política forestal, planta de celulosa y debate ambiental; Uruguay tras un nuevo modelo de desarrollo. In: PALERMO, Vicente, REBORATTI, Carlos (compil.). Del otro lado del río; ambientalismo y política entre uruguayos y argentinos. Buenos Aires: Edhasa, 2007.
- BECK, Ulrich (1999). O que é globalização? Equívocos do globalismo – resposta à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BECK, Ulrich. La sociedad del riesgo; hacia una nueva modernidad. Barcelona: Paidós, 1998 [1. ed. 1986].
- BOURDIEU, Pierre . O campo econômico; a dimensão simbólica da dominação. Campinas : Papirus, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas lingüísticas. [trad. Sergio Miceli e outros]. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. A produção da crença; contribuições para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. Raisons pratiques. Paris: Ed. du Seuil, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. Raisons pratiques. Pris: Ed. Du Seuil, 1994.
- CANCLINI, Nestor G. A globalização imaginada. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- CANCLINI, Néstor G. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ,1999.
- CARRERE, Ricardo, LOHMANN, Larry. Pulping the South; Indusdtrial tree plantations and the world paper economy. London/New Jersey: Zed Books Ltd., 1996.
- FERREIRA, L.; VIOLA, E. (orgs.). Incertezas e sustentabilidade na globalização. Campinas: Unicamp, 1996.
- FERREIRA, Leila da Costa. Idéias para uma sociologia da questão ambiental – teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade. In: PORTO, M. S. G.; DWYER, Tom (orgs.). Sociologia em transformação; pesquisa social do século XXI. Porto Alegre: Tomo editorial, 2006. p. 33-50.
- FOLLMANN, J. I. ; RUSCHEINSKY, Aloisio ; MÉLO, José Luiz Bica de . Participation à l'Université du Bien Commun: l'expérience de l'UNISINOS. In: Atélier de travail multidisciplinaire sur la gestion de l'eau comme bien commun, 2005, Montréal, Canadá, UQAM, 2005.
- FOLLMANN, José Ivo; RUSCHEINSKY, Aloisio; MÉLO, José Luiz Bica de. Participation à L'Univesité du Bien Commun: l'expérience de l'UNISINOS. In: Atélier de travail sur la gestion de l'eau comme bien commun. UQAM, Montreal, Canadá, 2005.
- GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2001.
- GIDDENS, Anthony. Mundo em descontrole; o que a globalização está fazendo de nós. São Paulo : Record, 2000. [Tradução de Runaway World. 1999].
- GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. Modernização reflexiva; política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997.
- GUIVANT, J. Trajetórias das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. BIB/ANPOCS, n. 46, 1998.
- HOGAN, D.; VIEIRA, P. Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. Campinas: Unicamp, 1992.
- IANNI, Octávio. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de pesquisa, São Paulo: Autores Associados, n. 118, 2003, p. 189-205.
- LATOUCHE, Serge. Survivre au développement ; De la décolonisation de l'imaginaire économique à la construction d'une société alternative. Paris : Editions Mille et une nuits, 2004.
- LEIS, H. Ecologia e política mundial. Petrópolis: Vozes, 1991.
- LIPOVETSKY, Gilles. Os tempos hipermodernos. São Paulo: Barcarolla, 2004.
- MÉLO, José Luiz Bica de. O campo e as águas: o discurso dos empresários do arroz no RS. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife, maio 2007. Anais, v. 1, p. 199. Recife, maio, [GT 23: Sociedade e Ambiente].
- MÉLO, José Luiz Bica de. Os usos sociais das águas na produção de arroz em Mostardas – RS. XII Congresso Brasileiro de Soiologia 2005, Belo Horizonte. Sociologia e a realidade: pesquisa social no século XII, 2005. Anais, v. 1, p. 203. [Apresentado no GT 10: Conflitos ambientais, territorialidades e Estado].
- MORIN, Edgar, KERN, Anne Brigitte. Terra-Pátria. [Trad.Paulo Neves]. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- MORIN, Edgar; BAUDRILLARD, Jean; MAFFESOLI, Michel; VIRILIO, Paul; LÉVY, Pierre; DEBRAY, Regis. Para navegar no século XXI: Tecnologias do imaginário e cibercultura. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. 294 p.
- NISBET, Robert. Historia de la idea de progreso. Gedisa Editorial: Barcelona, 1991.
- PALERMO, Vicente, REBORATTI, Carlos (comp.). Del otro lado del río; ambientalismo y política entre uruguayos y argentinos. Buenos Aires: Edhasa, 2007.
- PETRELLA, Ricardo. O manifesto da água: argumentos para um contrato mundial. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.
- PETRELLA, Riccardo. O manifesto da água; argumentos para um contrato mundial. Trad. Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

- QUIJANO, Anibal. DON QUIJOTE Y LOS MOLINOS DE VIENTO EN AMERICA LATINA (Em português: QUIJANO, Anibal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina, trad. G. Andrade. Estudos Avançados, São Paulo, 19 (55), 2005, p. 8-31).
- ROCHA, G. A. O grande manacial do Cone Sul. Estudos Avançados, IEA/USP, vol. 11, n. 30, maio-ago. 1997.
- RUSCHEINSKY, Aloísio. (org.). Educação ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artemed, 2002.
- SALVAVIDAS DE PLOMO por Eduardo Galeano. Diario Pagina 12, Buenos Aires, 15 agosto 2006. (http://www.proteger.org.ar/doc540.html).
- SHIVA, Vandana. Guerras por água; privatização, poluição e lucro. São Paulo: Radical Livros, 2006.
- SHIVA, Vandana. Guerras por água; privatização, poluição e lucro. São Paulo: Radical Livros, 2006.
- URREIZTIETA V., María Teresa. La sociología interpretativa: globalización y vida cotidiana. Espacio Abierto, Maracaibo, Asociación Venezolana de Sociología, jul-sept. 2004 V. 13, n. 3, p. 457-470.